



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O ANDROCENTRISMO E AS ALUNAS GRÁVIDAS NO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - CCA/UFPB

Débora Michele Sales de Lima, Anita Leocádia Pereira dos Santos, Rodrigo Cirino
Mendes, Kamila Marques Pedrosa.

Universidade Federal da Paraíba. E-mail: micheleareia@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho é um recorte de uma monografia e discute as problemáticas vivenciadas pelas mães e grávidas estudantes dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Ciências Agrárias- CCA/UFPB devido aos encargos reprodutivos biológicos e familiares que lhes são atribuídos culturalmente; também aborda as configurações de gênero das práticas acadêmicas a que foram expostas. O público alvo foi composto por 20 mulheres, com idades entre 17 e 35 anos, das quais 14 estiveram grávidas durante algum período do Curso. A pesquisa de cunho qualitativo adotou, para a coleta de dados, técnicas de entrevistas individuais e em grupo. A discussão dos dados foi realizada com base na teoria da dominação masculina de Bourdieu, sobre o conceito de androcentrismo. Os resultados apontaram que as alunas enfrentaram muitas dificuldades, inclusive enquanto estiveram grávidas, e que os seus direitos foram por muitas vezes negligenciados; ficou claro que a maioria delas não conhecia seus direitos, e quando os conheciam, não sabiam como agir e temiam, acabando por aceitar as negligências; e ainda que a maioria delas contou com o apoio de familiares para serem estudantes.

Palavras Chaves: Gênero, Androcentrismo, Mulheres.

INTRODUÇÃO

Em diversas sociedades, por muitos momentos durante a história, a mulher dedicou-se ao lar, a procriação e a educação dos filhos, permanecendo no domínio privado, enquanto ao homem, foi atribuído o domínio da vida pública, no qual os dois mundos não são vistos com equidade: o sucesso no domínio público é praticamente o único caminho para chegar a altas posições sociais, a maioria das quais é ocupada por homens; ser produtivo no mundo do trabalho remunerado (exceto em empregos



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

subalternos) conta mais na visão cultural dominante do que qualquer coisa que se faça como “dependente” na esfera doméstica (Martin, 2006, p. 53).

No desenrolar da história, por vários motivos, ressaltando-se os econômicos, as mulheres adentraram o espaço público e passaram a participar do mercado produtivo. Muitas mulheres sendo jovens, adultas, casadas, solteiras, mães ou não, chegam ao ensino superior, e para muitas delas acontece à gravidez, durante o período de estudos de Graduação. Esta situação constitui-se num desafio a mais para a mulher universitária, como também para aquela que já exerce a maternidade e, então, o sacrifício de ter múltipla jornada de trabalho, estudo, cuidados com a gravidez e outras atividades decorrentes das atribuições culturais, especialmente as domésticas e familiares.

A partir da compreensão de que a Universidade é um local de educação por excelência, uma escola, e, entendendo a educação de forma ampla, para além da instrução; a Universidade obviamente deveria tornar-se um ambiente de respeito à situação da mãe grávida ou não, indicando que elas teriam apoio institucional, do corpo docente e até dos colegas de classe, auxiliando-as no usufruto dos seus direitos, este trabalho foi realizado com alunas matriculadas no Curso de Graduação de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas CCA/UFPB. O Campus é historicamente masculino, devido o primeiro curso a ser implantado ser o de Engenharia Agrônoma ou Agronomia. Já com 75 anos de sua fundação e 28 Diretores até o presente momento nenhuma mulher exerceu o cargo de Diretora.

No Brasil, a entrada das mulheres no ensino superior, veio acontecer de maneira evidenciada, por ocorrer uma grande expansão nas Universidades. As mulheres geralmente cursavam quase sempre nas áreas das ciências humanas. Pois sempre se remetia ao cuidado, diferentemente dos homens que cursavam os demais cursos. Uma das confirmações desta luta foi explicitada na Constituição Federal Brasileira de 1988 no Art. 205 que diz que a educação é direito de todos [...] (BRASIL, 1988, p. 8), a partir deste momento a Lei está ao seu favor no que diz respeito especificamente à educação, mas ainda não era o bastante, pois mesmo a Constituição garantindo o direito, um



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

documento criado pouco tempo depois, falo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, não menciona a equidade de gênero.

A partir do acesso permitido no Brasil, falaremos especificamente da inserção das mulheres na Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Agrárias - (UFPB/CCA) Um campus caracterizado por ser genuinamente masculino. O número de mulheres participantes nos cursos do CCA era um número muito pequeno, mas o espaço já era ocupado por elas, como houve crescimento, ocorreram às instalações de mais cursos, até porque as instalações do CCA são totalmente favoráveis à habilitação em Ecologia e também foi analisada a demanda do mercado, na questão da capacitação em Licenciatura e no Bacharelado. Atendendo totalmente a demanda da cidade de Areia - PB e cidades circunvizinhas. (PPP, C.B, 2005). Muitos foram contra a criação do curso de Ciência Biológica porque o curso é diversificado e tomaria na percepção de alguns o espaço dos cursos já existentes. Para contrabalançar a oposição, inseriu-se a Licenciatura, juntamente com o Bacharelado.

Este trabalho tem por objetivo oferecer um diagnóstico concreto da presença e das vivências femininas no contexto universitário por meio de um levantamento de dados sobre as condições acadêmicas vivenciadas pelas alunas grávidas e mães, enquanto matriculadas no curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPB - CAMPUS II, Areia PB e a correlação com o andocentrismo. Com a análise das entrevistas foram obtidas informações que possibilitaram a compreensão no que se referem às dificuldades de cunho andocêntrico vivenciados por elas mães e grávidas dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas no Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

METODOLOGIA



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, levando em consideração as informações cedidas pelas alunas que estiveram grávidas durante o Curso, uma vez que esta análise foi feita com alunas do início do curso até a turma concluinte 2008.1 e compreendeu uma amostra de 20 alunas com idade entre 17 e 35 anos, quatro delas possuem dois filhos, apenas uma delas tem três filhos, onze alunas com um filho. A coleta de dados se deu através de entrevista semiaberta, modelo que tem origem em uma matriz, um roteiro com quatro questões-guia, que dão cobertura ao interesse de pesquisa. Algumas das entrevistas ocorreram individualmente, e destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (MINAYO 2004 p. 108, apud. Kahn & Cannell 1962, 52).

As entrevistas ocorreram após as aulas, de acordo com a disponibilidade de cada aluna e as outras entrevistas aconteceram em grupo que é caracterizada por Malheiro (2010, p.197) como uma entrevista realizada entre um ou mais entrevistadores e um grupo, para isso é necessário que o grupo entrevistado tenha características comuns, pois assim o indivíduo pode interagir com vizinhos, deve às vezes defender suas opiniões, pode contestar as dos outros. Essa abordagem possibilita também ao pesquisador aprofundar sua compreensão das respostas obtidas. (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.194). Foram realizadas no Campus, para serem melhores aproveitadas, as entrevistas foram gravadas com autorização das entrevistadas, pois a gravação possibilita o registro literal e integral.

As informações serão expressas, ao longo do trabalho, na forma dos seguintes códigos M(Mãe), n°(número da aluna na pesquisa), S(Solteira), C(Casada) n°f (números de filhos) E.G (Entrevista em Grupo), E.I (Entrevista Individual); Sec.CB (Secretaria da Coordenação do Curso de Ciências Biológicas) e Serv.A.S. para (Serviço de Assistência Social) dessa forma mantém em sigilo as identidades das entrevistadas. Também foi entrevistada a secretária da Coordenação dos Cursos de Biologia e a Assistente Social do Campus-II, pela sua atribuição de acompanhamento a estas alunas, em caso de necessidades acadêmicas e da realização de exercícios domiciliares. Para a análise dos dados foi utilizado o aporte teórico dos estudos de gênero e a teoria da



dominação masculina do sociólogo Pierre Bourdieu (2005), com os conceitos de androcentrismo, e relações de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a implantação do curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas que tem duração mínima de 4 anos e máxima de 6,5 anos, o número de mulheres foi maior que número de homens. Vale salientar que a quantidade de mulheres foi tão significativa que os poucos homens que cursavam esse curso passaram a serem alvos de chacotas. Esse momento, embora oculto, atacou os homens inscritos que eram chamados de “boiólogos” referindo-se a gays, reflexo do sistema androcêntrico da instituição uma vez o Campus teve em sua origem as Ciências Agrárias, antes característica aos homens.

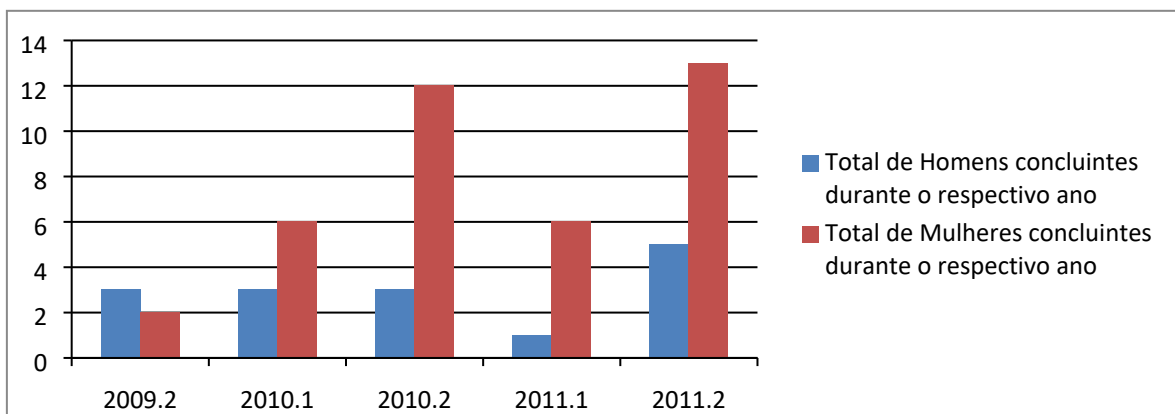


Figura-2: Representação da conclusão de curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas por sexo.

A Figura-2 representa a conclusão do curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas por homens e mulheres e expressa bem a grande presença feminina no curso, o que é explicado pelo fato do Curso de Licenciatura ser noturno, critério que fez com que a maioria delas optasse pelo curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, pois muitas delas trabalham, são mães, muitas das vezes têm que cumprir as duas



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

jornadas. Não diminuí o número de mulheres também no Bacharelado, mas apresenta ter em sua maioria mulheres que não são mães, já que as aulas são diurnas.

O público participante desse estudo tanto nas entrevistadas em grupo quanto nas entrevistadas individuais reconheceram e expressaram ter sido exposto a muitas dificuldades como grávidas. Algumas sofreram constrangimentos no horário de aula por professores (as) enquanto estavam de licença maternidade e as que não se encontravam grávidas durante o curso relataram dificuldades pelo fato de serem mães e em alguns momentos tiveram que optar pela saúde dos filhos, faltando às atividades acadêmicas ou para que conseguissem seguir em frente dependeram sempre de algum familiar ou pessoas de confiança que as ajudem para então conseguirem vencer as dificuldades.

Relações de gênero referem-se às construções culturais do masculino e do feminino, num contexto sociocultural que se baseia nas diferenças sexuais percebidas na dicotomia e na determinação de identidades, qualidades e valores desigualmente atribuídos a homens e mulheres na história passada e presente (CARVALHO, ANDRADE E JUNQUEIRA, 2009, P 18).

Portanto, as construções de gênero são fundamentais e determinantes para a construção de uma cultura que distancia as mulheres de uma vida social igualitária, tornado o homem o dominador, detentor do poder. Um conceito que está diretamente ligado às desigualdades das relações de gênero é o patriarcado que é o modelo de sociedade baseado na autoridade paterna, na supremacia da figura paterna, daí ser chamado de sociedade patriarcal, um sistema social baseado na autoridade masculina nos domínios públicos e privados, envolvendo o estado, a economia, a cultura, a família e a educação, e o sexual (SOUSA, 2003, p.8).

O patriarcado mostra-se atuante nas relações acadêmicas junto às alunas na condição de mães e grávidas, pois, alguns/algumas professores/professoras trazem consigo este conceito e muitas vezes o reproduzem no ambiente escolar, quase sempre reflexo do androcentrismo, como a norma masculina de mundo.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O androcentrismo, segundo Carvalho, Andrade e Junqueira (2009, p 7), refere-se ao sistema de cultura masculina que se baseia em valores e regras que vão promover ao indivíduo masculino, uma masculinidade em especial seguindo um modelo hegemônico do ser masculino, excluindo as mulheres de posições de privilégio e poder, assim como os homens cujas expressões de gênero não estão em conformidade com o modelo de masculinidade dominante. O androcentrismo passa a ser aceito e repassado, fazendo com que mais pessoas se convençam positivamente sobre esse ele e o repassem sem contestá-lo, por muitas vezes utilizando respostas de “desde que o mundo é mundo é assim”, claro que é um absurdo, mas, aos olhares da sociedade acaba por se tornar “natural”. Ao serem perguntadas a respeito das dificuldades que por ventura tenham passado na instituição UFPB/CCA enquanto grávidas, as alunas relataram: ter que participar de atividades impróprias para sua condição de grávidas como, por exemplo, roçar mato em pleno sol quente, abrir valas para plantações e caminhadas íngremes pelo Campus. Como pode ser explicitado nos relatos abaixo:

“Tive uma disciplina que era pesada e eu tinha que está lá no sol quente se não eu levava falta. Teve um trabalho que o professor passou que era para plantar coentro e arar a terra e eu não podia, ele falou que era para pagar alguém para fazer, para eu ter a nota eu pedi a um funcionário de lá e ele fez. (Mãe-15,1f, 30 anos, C; E.G) e (Mãe-18,33 anos, 1f, ,C; E.G).”

“Enquanto grávida enfrentei bastantes dificuldades cheguei a quase ter minha filha no mato atrás do prédio da Botânica em uma aula de campo, eu estava com 7 meses de gestação falei para o professor que não podia ir mais à aula pelo fator de minha gravidez ser de risco, já tive o pré -eclampsia na minha gravidez da minha 1ª filha , a resposta foi :”Ah só pode tirar licença maternidade quando completar 9 meses, eu falei mais eu não consigo ter mais aula de campo ele disse:” mais porque colocou essa disciplina?” eu falei :” porque preciso é pré requisito de outra tem que pagar essa disciplina” , o professor disse:” não posso fazer nada eu pedi para fazer trabalho em casa para não fazer tanto esforço” (Mãe-2, 2f, 27 anos, C; E.G).

As alunas tiveram que acatar as regras e entender que o fato de estarem grávidas não sensibilizou tais professores, isto devido há estar internalizado nesses discentes que independente das diferenças entre as alunas, elas deveriam ser tratadas da mesma forma às graduandas, pois, grávidas deveriam estar em casa e não em aula, e muito menos em uma aula de campo da graduação. E como essas alunas estariam em um local não apropriado socialmente e “porque assim quiseram”, mas já que optaram por cursar a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

disciplina deveriam ter tratamento especial, o que não procedeu na realidade o que era para ser uma aula de observação tornou-se prática. O professor esclareceu que as duas alunas deveriam pedir para outra pessoa (colega ou funcionário da instituição) realizar os trabalhos braçais, já que elas não iriam fazer. No caso da outra aluna, que se sentiu mal na outra disciplina, explicou sua situação de saúde e foi ignorada, uma vez que ocorreu um tratamento igualitário embora a aluna estivesse em condição diferenciada.

Elas como maiores interessadas na nota deviam procurar uma solução, não bastasse serem expostas a essas situações, não conseguiram sensibilizar os professores para colocarem-se em seu lugar, restando-os negligenciá-las, desempenhado sua função e sendo imparcial quando as igualá-las. Provavelmente, isto acontece porque esses docentes qualificam essas aulas de campo como um território especificamente masculino, que está sendo frequentado por mulheres, porém as condições masculinas de força, coragem, resistência são as mesmas, e uma mulher em condição de gravidez é obrigada a suportar, como citado acima, “a escolha foi das alunas ninguém as obrigou”.

O momento referido na situação da aluna (Mãe-2, 2f, 27 anos, C; E.G) ocorreu em plena gravidez de risco e não poderia dar entrada ao processo de licença maternidade, devido estar apenas com sete meses e de acordo com a lei, é previsto o pedido só no 8º mês. Porém, a aluna dispunha de atestados que comprovavam seu estado de saúde e ainda assim houve recusa pelo professor e por isso a aluna foi prejudicada perdendo atividades, participando da aula e passando mal.

A licença maternidade que tem por Lei Nº 6.202/ ANO, que “atribui à aluna em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, no Art. 1º da Lei Nº 6.202 diz: a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a aluna em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969”. Para usufruir deste benefício deve ser apresentado o atestado médico que comprove que a aluna se encontra no oitavo mês de gestação. É um direito que foi



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

conquistado, mas, que em alguns momentos no curso não foi executado com todas as garantias como retratado pelas estudantes abaixo:

“Dois professores mandaram exercícios, outros não me deram a mínima, eu estava matriculada em cinco disciplinas, fui reprovada em três por falta. Eu pensei em mover uma ação, mas desisti com medo da repressão porque eu ia pagar a mesma disciplina com ele. (Mãe-13,1f, 34 anos, C; E.I).”

“Quando eu tive minha filha, entrei com a licença maternidade, que eu soube que existia pelo meu esposo que é advogado. Eu trouxe o atestado me matriculei em 8 cadeiras 4 professores não aceitaram porque disseram que não era possível (cursar a disciplina) , eu tive que trazer o registro da menina porque eles queriam que eu trouxesse o papel do hospital e eu não tinha mais condição de sair de casa porque eu estava amamentando direto, só sei que quatro professores aceitaram e foi as quatro que eu paguei , era meu direito e eu não tinha atrasado nada (Mãe-13,1f, 34 anos, C; E.I).

As alunas explicam bem que se sentiram prejudicadas e que estavam cientes que seus direitos foram violados. Segundo a outra aluna, ela era uma aluna regular em suas notas, e que não moveu uma ação pelo mesmo motivo que a outra, o medo da repressão, e até mesmo do julgamento de outros professores sobre ela, então preferiu calar. E também muitas alunas já haviam relatado que: ”alguns até mesmo criticavam e perguntavam: tá fazendo o que aqui? Se vire! As palavras “se vire” escutávamos várias vezes da maioria dos professores” (Mãe-2, 2f, 27 anos, C; E.G). O que as fazia se sentirem erradas e deslocadas no território restrito a eles. Outras relatam abaixo terem passado por demais situações como:

[...] tive dificuldades com os professores com relação aos atestados porque eles não queriam receber, e eu tiver uma gravidez de risco, com risco de aborto. Fiquei internada no HU e eles não queriam receber o atestado nem quando eu tive meu filho, nem fazer acordo para mandar atividades para mim. Eu perdi as cadeiras e tive que trancar 2 períodos, matrícula sem nota, com falta eu ia ficar reprovada em situação de abandono. Foi unânime a recusa dos atestados pelos professores, e eu internada com pneumonia. Fiquei dois meses internada. Eles disseram que não iam resolver nada porque eu tinha muita falta. (Mãe-11,1f, 22 anos, C; E.I).

O relato da aluna é produto de uma problemática vivida em toda sua gravidez e no pós-parto, com a licença maternidade. Em sua gravidez, como afirma ter sido de risco, as mandava seus atestados para os professores, mas eles se recusavam em receber e ainda diziam em sua presença que os atestados não tinham valor algum, o que mostra



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

o comportamento androcêntrico e autoritário, pois, só receberiam os atestados se estes viessem por meios legais. Também devido à gravidez ser de risco de aborto e por não haver dado entrada na licença maternidade, a aluna não sabia que deveria cumprir umas regras administrativas como enviar o atestado a coordenação, a coordenação enviar para o departamento dos professores, até que esse documento chegasse por meios oficiais a esses professores, porém essa explicação não foi cedida à aluna, que ao sofrer tantos constrangimentos optou por trancar o Curso ao ser reprovada por falta, como evidenciado na sua fala a qual diz que seus atestados não tinham valia. Essas situações eram tão frequentes que a aluna acabou por ser reprovada por falta, ao replicar, eles responderam não poderem fazer nada, e que se sentiu incapaz diante da situação.

Após seu parto, a aluna esteve doente e internada, tentou contato com os professores, mas não obteve resultado, tendo como única solução trancar para que não perdesse o curso por se tratar, devido as circunstância, de abandono.

Outra aluna afirma ter escutado de professores, desde o começo do curso, críticas, como: “ah você tem filha, ah você estuda porque quer, porque você não deixa sua filha crescer?” (Mãe-2, 2f, 27 anos, C; E.G). O que configura uma visão androcêntrica na qual para uma mulher estudar ela deveria não ser mãe ou esperar o filho crescer. Para este professor essas condições eram primordiais, assim ele não teria que sair da sua comodidade como professor e ter que dar um tratamento especial a esta aluna.

Então, para estas mulheres que já são tidas como frágeis e incapazes e neste momento de gestação muito mais, o que restam a elas é inconformadamente obedecer, e sofrer os danos. Esta realidade está presente no dia a dia. Além das dificuldades citadas acima, há outras que causam indignações nas que já são mães, como fala a aluna “[...] ah teve filho tem que abrir mão de alguma coisa, você estudar, ter que trabalhar isso aí a gente não tem nada a ver” (Mãe-2, 2f, 27 anos, C; E.G).

Isso ocorre porque a visão andocêntrica é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da



incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino instituído na ordem das coisas, as mulheres não pode sequer confirmar seguidamente tal preconceito (BORDIEU, 2005, p 44).

CONCLUSÕES

Historicamente a universidade não se preparou para receber as alunas e muito menos na condição de mães e/ou grávidas. O princípio de equidade e os direitos de alunas mães e grávidas não estão sendo executados com clareza e presteza, de acordo com os relatos das alunas mães e/ou grávidas do curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas. Há também o androcentrismo internalizado em muitos professores, que, tornam as coisas mais difíceis para essas alunas. Foi constatado também que a universidade não dispõe de um centro especializado em atender essas alunas mães e grávidas, explicando seus direitos e deveres. Elas são lançadas na Universidade e tratadas como em condições iguais a outras alunas que não se encontram nessa condição de mãe e de estarem grávidas. Sendo esse trabalho uma forma de tornar público as problemáticas desse grupo silenciado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969**. dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Brasília, 17 de abril de 1975; 154º da independência e 87º da república.

BRASIL. **lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui à em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasília, 17 de abril de 1975; 154º da independência e 87º da república.

CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE F. C. B.; JUNQUEIRA, R. D. **Equidade de Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: por uma prática pedagógica inclusiva. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2009.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

GUIA LICENÇA MATERNIDADE. Disponível em: <<http://www.daa.ufs.br>>
Acessado em: 20 Agos. 2012.

JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Vol. 32. Coleção: educação para todos Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo: uma análise cultural de reprodução.** Tradução Júlio Bandeira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 384 p. (Coleção Sexualidade e cultura).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SOUSA, V. A.; CARVALHO, M. E. P. **Por uma educação escolar não - sexista.** João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2003.